



PARECER JURÍDICO Nº 104/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2022/655584

DIREITO ADMINISTRATIVO. LITIGAÇÃO E
CONTRATOS. ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA. LEI Nº 13.019/2014. ACORDO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OSCIP.
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PÚBLICO. POSSIBILIDADE JURÍDICA.

1. SÍNTESE DA CONSULTA

Vem à análise desta Procuradoria Jurídica, órgão setorial do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, consulta constante no Memorando nº 008/2022/SECDGMUC/IDEFLOR-Bio (seq.11) acerca celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2022, o qual celebra o ESTADO DO PARÁ, o FUNBIO e o IDEFLOR-Bio com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, objetivando:

“O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o ESTADO e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente – MMA, para a continuidade da implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, em consonância com os documentos oficiais do Programa, nos termos do Plano de Trabalho Anexo”.

Ao seq. 2, consta declaração da Secretária geral do Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO:

*“**Declaro** que as exigências previstas nos incisos II, IV e VI do art. 39 da Lei nº 13.019/14, bem como aquelas previstas na parte final do inciso X do art. 26 e no art. 27 do Decreto nº 8.726/16 não são aplicáveis ao presente Acordo de Cooperação por não haver transferência de recursos entre os*



*partícipes e tampouco comodato, doação de bens ou qualquer outra forma de compartilhamento de patrimônio público pertencente ao MMA, ao ICMBio ou a qualquer dos Estados participantes do Programa Arpa ou qualquer entidade ou órgão da Administração Pública. **Declaro**, ainda, estar ciente de que a falsidade dessa declaração configura crime, previsto no art. 299 do Código Penal brasileiro”..*

Em seguida, os autos foram encaminhados a essa PROJUR para análise e manifestação quanto a Minuta do ACT.

Consta dos autos:

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (seq. 04);
- RGF e CPF da Secretária Geral do FUNBIO (seq. 03);
- Procuração – FUNBIO (seq. 05);
- Membros do Conselho – FUNBIO (seq. 06);
- Certidão Negativa de débitos estaduais (seq. 07);
- Termo de Responsabilidade e requerimento de registros (seq. 08);
- Alvará de Licença para estabelecimento;
- Certidão Negativa de débitos em dívida ativa – Estado (seq. 10);
- Estatuto Vigente do FUNBIO (seq. 12);
- Comprovante de residência (seq. 13);
- Comprovante de endereço – FUNBIO (seq. 14);
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (seq. 15);
- Certidão Negativa – Municipal (seq. 16);
- Certidão de regularidade do FGTS (seq. 17);
- Certidão de situação fiscal do ISS (seq. 18);
- Certidão Positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União (seq.19);
- Plano de Trabalho (seq. 21);



- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (seq. 26);
- Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais – IDEFLOR-Bio (seq. 27);
- Certidão Negativa de Natureza Tributária – IDEFLOR-Bio (seq. 28);
- Certidão Negativa Trabalhista – IDEFLOR-Bio (seq. 29);
- Certificado de Regularidade do FGTS – IDEFLOR-Bio (seq.30);
- Minuta do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2022 (seq. 34).

Feito o breve relatório acima, passa-se a análise da questão posta nos autos.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que o objeto do presente parecer diz respeito apenas à questão de legalidade a ser avaliada, visto que a celebração do acordo diz respeito a ato de gestão, portanto de competência da Presidência do IDEFLOR-BIO e da Diretoria finalística competente.

À princípio, salienta-se que o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) é regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.505/2015, com redação dada pelo Decreto Federal nº 10.140/2019, dispondo também acerca dos objetivos do ARPA:

Art. 1º O Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, terá os seguintes objetivos:

I - apoiar a criação e a consolidação de unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integram o Programa;

II - auxiliar a manutenção das unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integram o Programa, conforme seus manuais e normas;

III - propor mecanismos que garantam a sustentação financeira das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável em longo prazo; e



IV - promover a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

De acordo com a Lei Estadual nº 6.963/2007, com redação dada pela Lei Estadual nº 8.096/2015, no seu art. 2º é competência do IDEFLOR-Bio:

Art. 2º São funções básicas do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

(...)

XVII - executar a Política Estadual de Unidades de Conservação do Estado relativas à sua proposição, criação, implementação e gestão, em observância às normas gerais previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecido através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; (Incluído pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015);

XVIII - executar, observadas as diretrizes emanadas dos órgãos e entidades responsáveis; institucionalmente pelas políticas nacionais e estaduais de meio ambiente e da biodiversidade, a implementação de planos, programas, projetos e ações de proteção dos ecossistemas naturais, de preservação, conservação, gestão e exploração sustentável da flora e da fauna terrestres e aquáticas e de fomento à recomposição da cobertura florestal em áreas degradadas, especialmente das Áreas de Preservação Permanentes e das Áreas de Reserva Legal, em articulação com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS e outros órgãos e entidades ambientais competentes; (Incluído pela Lei Estadual nº. 8.096, de 1º de Janeiro de 2015).

(...)

§ 2º Para a consecução de suas finalidades e atribuições, o IDEFLOR-Bio poderá celebrar convênios, acordos de



cooperação ou contratos com agentes privados e órgãos especializados, bem como com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo.

Nota-se que o objeto do acordo pretendido visa o apoio à criação, consolidação e auxílio na manutenção das unidades de conservação, por meio do FUNBIO, entidade sem fins lucrativos (OSCIP) que opera financeiramente o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, sendo tal objeto diretamente relacionado às competências institucionais do IDEFLOR-BIO, notadamente a gestão e monitoramento das Unidades de Conservação Estaduais.

Observa-se da parceria pretendida que não haverá repasse de recursos, conforme declaração da Secretária Geral do FUNBIO (seq.02), possibilitando, a princípio, a celebração do acordo de cooperação técnica.

No que se refere especificamente à análise legal, o *Acordo de Cooperação Técnica*, à luz do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014, art. 2º, inciso VIII-A) é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolva a transferência de recursos financeiros.

É de suma importância frisar que o FUNBIO se trata de uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e, portanto, de acordo com o art. 3º, inciso VI da Lei 13.019/2014:

Art. 3º Não se aplicam as exigências desta Lei:

[...]

VI - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 ; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Nota-se que Lei 13.019/2014 não se aplicará no que tange especificamente ao instrumento jurídico do Termo de Parceria celebrado entre o setor público e a OSCIP, que por sua vez é caracterizado pelo repasse de recursos para a OSCIP. Conforme discorre o art. 10, § 2º, inciso IV da Lei 9.970/99:



Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

[...]

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

O caso em análise deixa expresso que não envolverá repasse de recursos, de modo a afastar a aplicação do disposto no art. 3º, inciso VI da Lei 13.019/2014. Deste modo, permanece a aplicação de Acordo de Cooperação Técnica, regulamentado pela Lei 13.019/2014, caracterizado pela **ausência de transferência de recursos financeiros**.

O *acordo de cooperação* não se confunde com os *termos de colaboração ou fomento*, atualmente também regidos pelo novo marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014).

Nesse sentido, antes de tudo o §1º do art. 33 do referido diploma prevê que para celebrar o denominado acordo de cooperação, a organização da sociedade civil deve ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, objetivos voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social. No caso do FUNBIO o processo veio acompanhado do seu Estatuto Social (seq. 12) cujo art. 4º descreve seus objetivos, os quais são voltados para conservação ambiental.

Ademais, sobre os acordos de cooperação com organizações da sociedade civil, a Lei nº 13.019/2014 prevê ainda:



Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados; [\(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; [\(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo; [\(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;



b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 desta Lei;

d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos [incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#).

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

*§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no **caput**, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.*

§ 4º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2º,



não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Da mesma forma, no que se refere aos requisitos básicos para formalização e execução do acordo de cooperação, a Lei nº 13.019/2016 assim determina:

*Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de **acordo de cooperação**, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:*

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35;

VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados



na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei;

IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública

XI - (revogado);

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XIII - (revogado);

XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51;

XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação



de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVIII - (revogado);

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo único. Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

O plano de trabalho apresentado (seq. 34) contempla a identificação do objeto a ser executado, as metas serem atingidas, as etapas ou fases de execução e previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas (parágrafo único do art. 42 da Lei nº 13.019/2014).

Quanto à necessidade do chamamento público prévio à assinatura do ACT, aplica-se ao caso o disposto no art. 31, inciso I da Lei nº 13.019/2014, o qual dispõe sobre as hipóteses de inexigibilidade do chamamento público, *in verbis*:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:



I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

No caso em análise, verifica-se que o FUNBIO é a entidade escolhida pelo Ministério do Meio Ambiente para a execução financeira do Programa ARPA, de modo que os órgãos gestores de UC beneficiários dos recursos do programa não poderão recebe-los senão por intermédio do FUNBIO, razão pela qual há inviabilidade de competição para escolha da entidade parceira no presente caso, afastando a obrigatoriedade do chamamento público, nos termos do dispositivo transcrito.

Ademais, verificada a situação de ausência de chamamento público, é necessária a instrução do processo com justificativa específica, nos termos do art. 13 do Decreto Estadual nº 1.835/2017.

Art. 13. A ausência de chamamento público, por dispensa ou inexigibilidade, será devidamente motivada pelo administrador público, que instruirá o procedimento com elementos que demonstrem:

I - a caracterização da situação fática e seu enquadramento nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - a razão da escolha da organização da sociedade civil;

III - a justificativa do valor previsto para a realização do objeto.

No que concerne ao prazo de vigência do acordo de cooperação, insta sublinhar que ele deverá ser estipulado de acordo com a natureza e complexidade do objeto, as metas estabelecidas e tempo necessário para sua execução, desde que não supere o prazo máximo de 05 (cinco) anos (art. 32 do Decreto Estadual nº 1.835/2017).

Por fim, no que diz respeito à regularidade jurídica e fiscal da organização da sociedade civil, a Lei nº 13.019/2014 prevê a obrigatoriedade de apresentação de documentos, qualquer que seja a espécie de parceria com ente privado:



Art. 34. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - (revogado);

II - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

III - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

Veja-se ainda que, se em decorrência do acordo de cooperação, os partícipes tenham que arcar com um incremento da despesa ordinariamente por eles suportada não significa que haverá repasse, desembolso de recursos, posto que tais gastos devem ser efetuados no âmbito da própria pessoa jurídica que é parte no ajuste.

Acrescente-se por fim que, caso venha a ser verificada a necessidade de eventual repasse de recursos entre os partícipes, como forma de conferir efetividade ao acordo de cooperação anteriormente firmado, deverá ser celebrado instrumento específico para tanto.

2.1 – ANÁLISE DA MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11/2022.



Na oportunidade esta PROJUR realizou a análise da minuta do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2022 (seq. 34), onde constam os seguintes itens necessários:

- a) Objeto com suas características (Cláusula Primeira);
- b) Das atribuições e responsabilidades (Cláusula Terceira);
- c) Fases de execução (Presente no Plano de Trabalho, seq. 21, anexo I da Minuta do Acordo de Cooperação Técnica);
- d) Plano de aplicação (Presente no Plano de Trabalho, seq. 21, anexo I da Minuta do Acordo de Cooperação Técnica);
- e) Vigência (Cláusula Décima);
- f) A forma de monitoramento e avaliação (Cláusula Décima Segunda);
- g) Publicidade (Cláusula Décima Sexta);
- h) Rescisão (Cláusula Décima Quinta).

No entanto, **não consta da minuta a cláusula relativa à obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos, prevista no inciso VII do art. 42 da Lei 13.019/2014.**

No mais, à exceção da ausência da cláusula descrita alhures, esta Procuradoria não vislumbra óbices quanto à minuta do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2022, e salienta que o exame dos autos processuais se resume a seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, os de natureza técnica. Em relação a estes, presume-se que a autoridade competente tenha se municiado dos conhecimentos específicos necessários.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, em parecer opinativo e não vinculativo, esta Procuradoria **manifesta-se pela possibilidade jurídica de celebração de Acordo de Cooperação entre IDEFLOR-Bio e FUNBIO**, sob a égide da Lei nº 13.019/2014, **desde que** seja observado o seguinte:

- 1- Trata-se de hipótese de inexigibilidade de chamamento público com fulcro no inciso I do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, devendo conter nos

autos justificativa fundamentada contendo as razões da inexigibilidade na forma do art. 13 do Decreto Estadual nº 1.835/2017;

- 2- É necessário verificar se o FUNBIO incorre em alguma das vedações previstas na Lei nº 13.019/2014, art. 39;
- 3- No que diz respeito à regularidade jurídica e fiscal da entidade, deverá apresentar todos os documentos listados no art. 34 da Lei nº 13.019/2014;
- 4- Quanto à minuta de ACT apresentada, esta Procuradoria não vislumbra óbices quanto à minuta do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2022, recomendando, porém, a inclusão de cláusula referente obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos, prevista no inciso VII do art. 42 da Lei 13.019/2014;
- 5- Reitera-se que, caso venha a ser verificada a necessidade de eventual repasse de recursos públicos entre os partícipes, como forma de conferir efetividade ao acordo de cooperação firmado, deverá ser celebrado instrumento específico para tanto.

É o parecer.

À consideração superior.

Belém-PA, 24 de junho de 2022.

DIANA CASTELO MONÇÃO DE SOUZA

Procuradora Autárquica e Fundacional do Estado do Pará

OAB/PA 12.459

ELEN MESQUITA DE MOURA DO NASCIMENTO

Procuradora Autárquica e Fundacional do Estado do Pará

OAB/PA 16.506



IVANA PASSOS DE MELO ANTUNES COSTA

Procuradora Autárquica e Fundacional do Estado do Pará.

OAB/PA 13.346

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 24/06/2022 14:46 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0D43AD75426C7A47.B77EDE4DFC20DAB9.927A0E9A762E0316.419C00754A4A6A90F